



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INT SÉRGIO GARANI DE MATOS

ROMPENDO FRONTEIRAS LOGÍSTICAS NAS OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS

**Rio de Janeiro
2019**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INT SÉRGIO GARANI DE MATOS

ROMPENDO FRONTEIRAS LOGÍSTICAS NAS OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Logística.

Rio de Janeiro

2019



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMIL
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Cap Int SÉRGIO GARANI DE MATOS

Título: ROMPENDO FRONTEIRAS LOGÍSTICAS NAS OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS.

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Administração, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
<u>Charles Davidson Soares Bitencourt - Maj</u> Cmt Curso e Presidente da Comissão	
<u>João Paulo Vasconcellos Accioli da Silva – Cap</u> 1º Membro	
<u>Joao Carlos Maia de Andrade - Cap</u> 2º Membro e Orientador	

SÉRGIO GARANI DE MATOS – Cap
Aluno

ROMPENDO FRONTEIRAS LOGÍSTICAS NAS OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS

Sérgio Garani de Matos*
João Carlos Maia de Andrade**

RESUMO

O cenário atual nos força a um crescente emprego das Forças Armadas (FA) nas Operações Interagências, nas Operações de Ajuda Humanitária, onde se trabalha ao lado de atores Estatais fora das FA e atores não Estatais. Para garantir o sucesso das operações nesse novo cenário deve-se adaptar a logística para essas novas missões. Nesse sentido esse trabalho analisa as dificuldades para este tipo de operação e aponta melhorias para o emprego da Logística nas Operações Interagências.

Experiências vividas em desastres naturais como em Brumadinho-MG demonstram que a melhoria na prestação de socorro às vítimas se desenvolverá por meio de uma ampla cooperação e coordenação entre as diferentes Agências. No Brasil, a missão das Forças Armadas, prevista em lei complementar, é cooperar com a Defesa Civil, no entanto, a Operação Humanitária desencadeada por ocasião de um desastre natural ocasionará a necessidade das Forças Armadas coordenarem seus esforços colaborativos com as outras organizações. Nesse contexto, este trabalho analisa que medidas, baseado em experiências vividas em outros países, como o Exército Brasileiro alcançar uma maior eficiência nas respostas aos desastres, como forma de salvar mais vidas e proporcionar maior assistência na área atingida.

Palavras-chave: Ajuda Humanitária, Logística, Operações Interagências, desastres naturais.

ABSTRACT

The current scenario forces us to become increasingly employed by the Armed Forces (AF) in Interagency Operations, Humanitarian Aid, where we work alongside non-(AF) state actors and non-state actors. To ensure the success of operations in this new scenario, logistics must be adapted to these new missions. In this sense, this paper analyzes the difficulties for this type of operation and points out improvements to the use of Logistics in Interagency Operations.

Experiences from natural disasters, such as in Brumadinho-MG, show that the improvement in the provision of threat relief services develops through broad collaboration and cooperation between different agencies. In Brazil, an Armed Forces mission, expected by complementary law, is cooperated with Civil Defense, however, a Humanitarian Operation triggered by occasions of an occasional natural disaster is a necessity of the Armed Forces coordinated by its collaborators with other activities. In this context, this paper analyzes measures, based on experiences in other countries, such as the Brazilian Army, achieving greater efficiency in disaster response as a way to save more lives and use more assistance in the affected area.

Keywords: Humanitarian Aid, Logistics, Interagency Operations and Law and Order Guarantee.

* Capitão do serviço de Intendência. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) 2008. Especializando em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) em 2019.

** Capitão do serviço de Intendência. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) 2008. Especialista em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) em 2017.

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário nacional tem imposto novos desafios para as Forças Armadas, forçando uma adaptação para novos tipos de emprego. Desastres como as represas de Mariana, Brumadinho e a crise na Venezuela levaram as FA a se adaptarem rapidamente às operações Interagências de Ajuda Humanitária.

Neste artigo pretende-se analisar as dificuldades logísticas nas Operações Interagências. Nesse contexto, cumpre enaltecer o estudo da logística nas operações interagências, focando nas consequências da falta de previsão do início dessas operações para a logística, assim como as dificuldades logísticas envolvidas nessas operações, propondo oportunidades de melhorias para o desenvolvimento das operações em que o Exército Brasileiro é empregado.

O século XXI está sendo marcado pela ocorrência de inúmeros desastres humanitários no Brasil, como o desastre de Mariana e de Brumadinho, configurando um grande desafio para as agências e instituições incumbidas de prestarem ajudas à população atingida. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2013, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), aponta que aproximadamente 41% dos 5.570 municípios brasileiros sofreram desastres naturais entre os anos de 2008 e 2013. Porém mesmo com a ação desses desastres, em 2017, mais da metade dos municípios (59,4%) ainda não contavam com instrumentos de planejamento e gerenciamento de riscos, refletindo assim a incapacidade de se prever ou minimizar os desastres humanitários.

Neste contexto, as operações interagências se tornam cada vez mais cotidianas. Dentro desse cenário, as Forças Armadas cumprem uma função importante na execução das Ações Humanitárias, com seus efetivos e sua logística. Porém a falta de planejamento e previsibilidade dos desastres humanitários dificultam sobremaneira a logística nessas operações.

No caso específico do Exército, por não se tratar de uma atividade fim, mas sim de uma atividade subsidiária, não há uma logística nas Organizações Militares (OM) voltadas para atender com eficiência ações humanitárias que demandam rápido emprego. Sendo por vezes necessário o apoio de materiais e equipamento de outras OM para o cumprimento da missão.

1.1 PROBLEMA

Diante do cenário exposto acima, o cerne dos questionamentos para identificarmos os problemas que estão pautados neste artigo são: Quais são os óbices para o apoio logístico nas Operações Interagências de Ajuda Humanitária com foco nos desastres naturais? Há dificuldade de se reunir meios de forma tempestiva para auxiliar nos desastres naturais?

1.2 OBJETIVOS

O presente estudo irá integrar os conceitos previstos nos manuais com informações das Operações Interagências já realizadas com a participação do Exército Brasileiro, a fim de apresentar as características, peculiaridades, bem como uma análise da logística envolvida no contexto dessas operações.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a) Identificar legislação pertinente das Operações Interagências;
- b) Questionar a eficiência da logística nas Operações Interagências;
- c) Analisar os óbices logísticos nas Operações Interagências;
- d) Identificar as principais áreas que sofreram com desastres naturais no Brasil;
- e) Apresentar as questões técnicas no campo da logística;

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

As Operações Interagências estão cada vez mais presentes em nosso dia a dia. Desastres naturais e crise de país vizinho são uma realidade no cenário atual. Desta forma é importante adaptar a logística das FA para esse novo desafio no viés da Ajuda Humanitária. Abaixo veremos citações que caracterizam cada uma dessas operações, reforçando a importância de uma logística eficiente para apoiá-las.

“A logística humanitária é o processo de planejamento, implantação e controle do fluxo eficiente e eficaz de bens do ponto de origem ao ponto de consumo a fim de aliviar o sofrimento de pessoas vulneráveis” (Thomas & Kopczak, 2007). Assim, a logística humanitária engloba, além de planejamento, suprimento, transporte, armazenamento, rastreamento, monitoramento e desembarço alfandegário em resposta a catástrofes (Kovacs & Spens, 2007).

Pettit e Beresford (2005) e Tatham e Pettit (2010) apontam semelhanças entre a logística humanitária e a logística militar: ambas têm demandas incertas, enfrentam dificuldades dadas pela degradação da infraestrutura física do local e à ausência de certas funções do Estado, atendem a indivíduos feridos e traumatizados, e estão sob observação constante da mídia. Por outro lado, para Ertem et al. (2010) a logística empresarial está 15 anos à frente da logística humanitária” (VILLAR,; SANTOS; BURGARELLI, 2012).

É interessante também analisarmos a logística empregada nas Operações de Ajuda Humanitária com a logística empresarial para verificarmos suas diferenças e entendermos a real complexidade da Logística Humanitária.

“Segundo Nogueira et al. (2008), as condições enfrentadas pelas empresas são diferentes das enfrentadas em um desastre, de modo que há características específicas da logística humanitária que diferem da tradicional abordagem empresarial, como questões ligadas à vida humana, sistemas de informações pouco confiáveis, incompletos ou inexistentes e a demanda é gerada por efeitos aleatórios. A tabela 1 apresenta as principais diferenças entre a logística empresarial e a logística humanitária” (VILLAR,; SANTOS; BURGARELLI, 2012).

Tabela 1: Comparação entre logística humanitária e logística empresarial

Tópicos	Logística empresarial	Logística humanitária
Objetivo	Maximizar lucro	Salvar vidas e prestar assistência a beneficiários
Padrão de demanda	Relativamente estável e pode ser previsto a partir de técnicas de previsão.	Irregular, com alto grau de incerteza e volatilidade. É estimada nas primeiras horas do desastre.
Fluxo de materiais	Produtos comercializados	Recursos como abrigo, alimentos, kits de higiene e limpeza, veículos para evacuação e pessoal.
Fluxo Financeiro	Bilateral e conhecido	Unilateral (do doador ao beneficiário) e incerto
Fornecedores	De dois a 3 fornecedores, conhecidos previamente	Múltiplos fornecedores e doadores, sem acordos prévios
Clientes	Consumidor final	Beneficiário
Stakeholders	Acionistas, clientes e fornecedores	Doadores, governos, militares, ONGs, ONU e beneficiários
Duração	Costumam durar anos	Costumam durar semanas ou meses
Lead time	Determinado nas necessidades Fornecedor até consumidor final	Lead time requerido é praticamente zero. (zero entre a ocorrência da demanda e a necessidade da mesma).
Medidas de Desempenho	Baseado em métricas de desempenho	Tempo para responder ao desastre, % de demanda suprimida, atendimento às expectativas dos doadores

Recursos Humanos	Disponibilidade de mão de obra capacitada	Alta rotatividade, com voluntários, ambiente desgastante tanto fisicamente quanto psicologicamente.
Equipamentos e veículos	Caminhões, veículos comuns e empilhadeiras	Equipamentos robustos, transporte aéreo.

Fonte: Adaptado a partir de Ertem et al. (2010)

Nessa senda as Operações Interagências se tornam cada mais rotineiras no cenário brasileiro, o que nos leva a enfrentar desafios jamais vistos. Devemos romper com as barreiras da logística e nos adaptarmos para melhor prover nesse novo Teatro de Operações.

Faz-se necessário compreender a logística das diversas agências empregadas nas Operações, chegando a um senso comum, unindo forças para a realização das missões. Desta forma é fundamental a padronização de todos os envolvidos, seja nos métodos, seja nas formas de apoios logísticos.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado dentro de um processo científico com intuito de ampliar o conhecimento. A pesquisa teve início na revisão teórica do assunto, através de consulta bibliográfica a manuais doutrinários e trabalhos científicos com adoção de uma abordagem qualitativa.

Trata-se de estudo bibliográfico que, teve por método a leitura exploratória e seletiva do material de pesquisa, bem como sua revisão integrativa, contribuindo para o processo de síntese e análise dos resultados dos estudos. Os critérios para inclusão ou exclusão dos materiais a serem utilizados no estudo, serão verificados detalhadamente, com a finalidade de se reunir a maior parte do corpo literário atualizado e compatível para solucionar o problema elencado neste trabalho.

A seleção das fontes de pesquisa será baseada em publicações de domínio público e em Manuais Doutrinários do Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro, com as seguintes prioridades: Manuais de Campanha e Instruções Provisórias do Exército Brasileiro; Instruções Operacionais de Comando da Força Aérea Brasileira; Artigos de Revistas; Monografias da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Portais de notícias na internet.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Iniciamos a pesquisa definindo termos e conceitos, com o objetivo de analisar as dificuldades e verificar a possibilidade de solucionar os problemas da pesquisa. A base primária da literatura se baseia no art 142 da Constituição Federal “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes.”

Esta pesquisa está norteadada também pela PORTARIA NORMATIVA Nº 32/MD, DE 30 DE AGOSTO DE 2017, onde estabelece os fundamentos doutrinários que orientarão as Forças Armadas no processo de planejamento, preparo e emprego em operações conjuntas (Op Cj) envolvendo a participação de órgãos públicos, organizações não governamentais, empresas privadas ou agências de outros Poderes, na execução das ações.

Para entendermos o conceito de ajuda humanitária se faz necessário identificá-lo na Nota de Coordenação Doutrinária Nr 01/2014 – C Dout Ex/EME, de 10 de abril de 2014 OPERAÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA, que cita ação humanitária como “Ações que são desenvolvidas por contingente de forças navais, terrestres e aéreas proporcionada por distinto Estado ou por Estados membros da Organização das Nações Unidas ou de qualquer outro organismo internacional para a urgente prestação de socorro de natureza diversa, a nacionais de país atingido pelos efeitos de catástrofes, ou decorrentes da devastação de guerra entre nações litigantes, tudo com o objetivo de proteger, amparar e oferecer bem-estar às populações vitimadas, respeitado o princípio da não intervenção”.

É necessário entender alguns conceitos para elucidar a matéria, o primeiro deles são os desastres que podem ser definidos como o resultado de evento adverso sobre um sistema social, causando grave perturbação no funcionamento da comunidade envolvendo estragos, danos materiais e sofrimento humano com consequentes ou não de perdas humanas, materiais e/ou ambientais e prejuízos econômico, excedendo a capacidade local desta sociedade afetada de arcar com seus próprios recursos, necessitando solicitar assistência externa ao nível nacional e em alguns casos até mesmo internacional (TOBIN e MONTZ, 1997; GUHA-SAPIR e col., 2011, UM-ISDR, 2009).

Os desastres naturais são ocasionados por fenômenos naturais ou até mesmo pelo desequilíbrio natural, independentemente da ação humana, de grande intensidade sobre uma área ou região povoada, podendo ou não ser agravado pelas atividades humanas. Exemplo: terremotos, inundações, escorregamentos, furacões, vendavais; etc (ALCÂNTARA-AYALA, 2002; CASTRO, 1999).

Quanto ao fator intensidade, a avaliação dele se faz importante uma vez que facilita o planejamento da resposta e da recuperação da área atingida. A atuação e os recursos necessários para que proporcionar socorro às vítimas dependem diretamente da intensidade dos danos e prejuízos provocados (TOMINAGA E COL., 2009). Basicamente, é classificado em dois níveis: média (nível I) ou grande intensidade (nível II). A intensidade média ocasiona a Situação de Emergência (SE) e a grande intensidade provoca o Estado de Calamidade Pública.

Quadro 01 – Caracterização dos desastres de nível I e II quanto aos danos e prejuízos

Nível	I	II
Tipo	Desastres de média intensidade	Desastres de grande intensidade
Características	Danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais e a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais (Situação de Emergência)	Danos e prejuízos não são suportáveis e superáveis pelos governos locais, mesmo quando bem preparados, e o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada dos 3 níveis do SINPDEC e, em alguns casos, de ajuda internacional (Estado de Calamidade Pública)
Danos	Pelo menos 2 (humanos, materiais e/ou ambientais)	Pelo menos 2 (humanos, materiais e /ou ambientais)
Humanos	1 a 9 mortos ou até 99 afetados	Acima de 10 mortos ou acima de 100 afetados
Materiais	1 a 9, instalações públicas, unidades habitacionais de baixa renda, obras de infraestrutura,	Acima de 10: instalações públicas, unidades habitacionais de baixa renda, obras de infraestrutura,

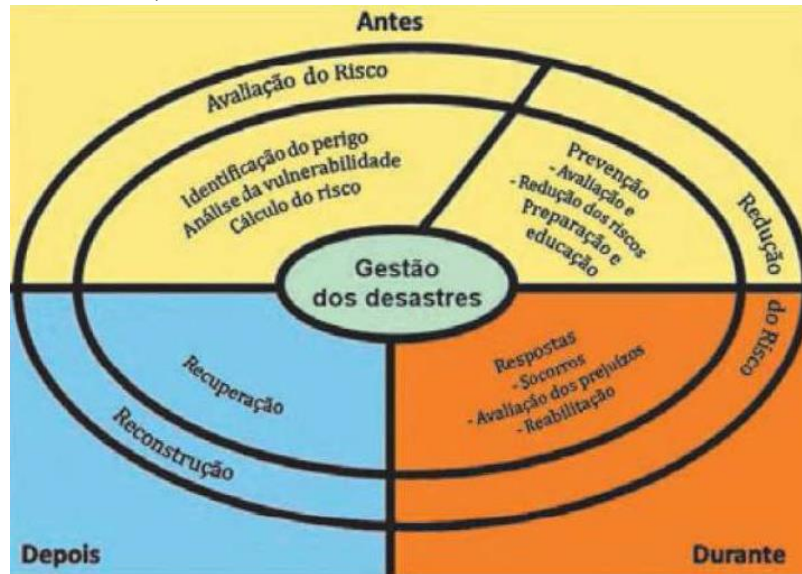
	danificadas ou destruídas	danificadas ou destruídas
Ambientais	Contaminação recuperável em curto prazo prejudicando de 10 a 20% da população (até 10 mil hab.) e de 5 a 10% (mais de 10 mil hab.), destruição até 40% áreas de proteção, preservação	Contaminação recuperável em médio e longo prazo prejudicando de mais de 20% da população (até 10mil hab) e mais de 10% (mais de 10mil hab), destruição mais de 40% áreas de proteção, preservação
Prejuízos	Que ultrapassem 2,77% da receita corrente líquida anual do município ou estado atingido, relacionados com o colapso de serviços essenciais	Que ultrapassem 8,33% da receita corrente líquida anual do município ou estado atingido, relacionados com o colapso de serviços essenciais

Fonte: UFSC (2012b)

De acordo com BANOMYONG E SODAPANG (2011) na coordenação de desastres existem três fases distintas: pré-desastre, resposta e pós-desastre. Na fase de pré-desastre ocorre à prevenção, mitigação e preparação às situações emergenciais e o desempenho da resposta ao desastre está relacionado ao nível de preparação e as metodologias utilizadas nesta fase.

O emprego das FA em desastre natural tem se dado na fase após ao desastre aplicando a resposta ao desastre, com as ações de: socorro às vítimas; amparo às populações vitimadas com as atividades de logística, assistenciais e de promoção da saúde; e reabilitação do cenário do desastre com as atividades de avaliação de danos, desobstrução e remoção dos escombros, sepultamento, descontaminação, desinfecção e reabilitação de serviços básicos. O fator resposta é a essência para a logística humanitária, possibilitando que o auxílio chegue o mais rápido possível, no lugar certo, nas condições certas para amparar as vítimas de desastres.

Quadro 02 – Fases do desastre natural



Fonte: THOURET (2007).

Foram utilizadas as palavras-chave operações interagências, logística, dificuldades, planejamento e previsão, em sítios eletrônicos de procura na internet, biblioteca de monografias da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), sendo selecionados apenas os artigos em português. O sistema de busca foi complementado pela coleta manual de relatórios de exercícios militares bem como de manuais referentes ao tema, em período de publicação diverso do utilizado nos artigos.

Quanto ao tipo de operação militar, a revisão de literatura limitou-se a operações de não-guerra, com enfoque majoritário nas participações do Exército Brasileiro nas operações de Ajuda Humanitária.

2.2 COLETA DE DADOS

Com fulcro teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados pelo seguinte meio: entrevista exploratória.

2.2.1 Entrevistas

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento teórico e identificar experiências, foi realizada entrevista exploratória com o seguinte especialista:

Nome	Justificativa
DANIEL TENENBAUM DA SILVA – Maj EB	Experiência como E3 da 4ªRM na Operação Brumadinho

QUADRO 1 – Quadro de Especialista entrevistado

Fonte: O autor

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro aspecto que devemos observar é a falta de planejamento de Órgãos do governo, não há em grande parte dos municípios análise e gerenciamento de riscos de desastres humanitários, implicando na falta de previsibilidade, impactos e proporções que podem ocorrer na região de sua responsabilidade. A vice coordenadora do Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), Kyung-wha Kang, enfatiza a necessidade de uma efetiva análise de riscos nesse tipo de desastre, e ainda complementa que a “análise de risco humanitário é muito mal utilizada na tomada de decisões”. Sendo assim além da necessidade de levantar e planejar os riscos é de fundamental importância saber utilizar esses dados a favor da prevenção e previsão de um desastre humanitário.

O primeiro problema que identificamos é a falta de previsão da ocorrência de desastres humanitários e problemas de ordem de segurança pública, não deixando lastro temporal para uma preparação adequada para uma logística mais eficiente, uma vez que não sabemos o que pode ocorrer e quando irá ocorrer.

Não podemos nos esquecer que as operações interagências são ações que envolvem organizações complexas com perspectivas divergentes de como realizar uma atividade logística. Cada ator dessas operações possui equipamentos, suprimentos e visões logísticas diferentes entre si, o que dificulta o Estado Final Desejado das missões estabelecidas.

Na Operação de Ajuda Humanitária de Brumadinho pode se observar na entrevista realizada com o Maj Tenenbaum que o Governo Estadual já estava preparado para desastre dessa natureza, motivado pelo rompimento anterior na Barragem de Mariana, especializando o pessoal e adquirindo novos equipamentos com o objetivo de remediar esse tipo de catástrofe. Essa preparação prévia foi fundamental para a rápida ajuda aos afetados, facilitando a logística do Exército nessas operações. Nessa operação ainda houve participação maciça da Vale S.A. no apoio ao desastre, o que também auxiliou sobremaneira a manobra logística.

Em outra senda pode-se tomar como um norte a Unidade Militar de Emergência (UME), segundo o site do Exército Brasileiro, a UME é uma organização militar do Ministério da Defesa Espanhol, equivalente a uma Brigada, com unidades desdobradas em todo território espanhol, vocacionadas para atuação em desastres naturais: incêndios, enchentes, nevascas, etc. A UME congrega militares das três

Forças Armadas e se constitui em um aporte militar ao sistema de proteção civil espanhol.

De acordo com o site (<http://www.ume.mde.es/CONOCENOS/que-es/>) a Unidade Militar de Emergência (UEM) é uma força conjunta, organizada de forma permanente, cuja missão é a intervenção em qualquer parte do território nacional, de contribuir para a segurança e o bem-estar dos cidadãos, juntamente com instituições estatais e Administrações públicas, em casos de risco grave, catástrofe, calamidade ou outras necessidades públicas. Tendo como competência: capacidade de comandar e controlar todos os seus meios, independentemente de sua entidade, flexibilidade e capacidade de atuar em todos os tipos de emergências; autonomia logística total em qualquer tipo de intervenção; capacidade de resposta e emprego em massa, o que garante a rápida intervenção em qualquer parte do território nacional, concentrando os meios de todas as unidades da UEM na zona de emergência, esforço sustentado; isto é, capacidade de ser usada continuamente, de forma autônoma e em apoio de outras agências; capacidade de canalizar e dirigir todos os meios disponíveis para as Forças Armadas para emergências; capacidade de interoperar com outros serviços de emergência, independentemente de sua origem; e capacidade de projetar no exterior para atuar em qualquer missão relacionada a emergências.

Segundo o comandante do primeiro batalhão da UME, Comandante Javier Moreno Miguel, “A capacidade e a agilidade de resposta, o emprego em massa, o esforço contínuo, a flexibilidade em seus desdobramentos e recolhimentos e a possibilidade de canalizar os meios do resto das Forças Armadas são características que permitem à UME concentrar seus meios em qualquer ponto do território nacional para enfrentar qualquer emergência com uma total autonomia logística.”

A UME se tornou uma referência em outros países, conforme o texto abaixo já houve uma proposta por parte do PSD e o CDS-PP para criar uma unidade de emergência tendo como referência a UME em Portugal.

“O PSD e o CDS-PP apresentaram uma proposta para criar uma unidade militar de emergência no âmbito da prevenção e combate aos incêndios. O PÚBLICO noticiou neste sábado que essa unidade, o RAME (Regimento de Apoio Militar de Emergência), já existe. Em reação, os sociais-democratas esclarecem que o que se “pretende é que seja verdadeiramente constituída uma Unidade Militar de Emergências” (UME), à imagem da que existe em Espanha.

“O que existe atualmente, e implementado pelo anterior governo, é o Regimento de Apoio Militar de Emergência. O RAME surgiu no âmbito da Reforma da Defesa 2020 e pode realmente ser visto como um embrião de uma unidade de emergências”, nota o partido em comunicado. “Porém, a forma como está hoje implantado não só não responde ao perfil agora traçado, na medida em que se trata sobretudo de um regimento do Ramo do Exército que se tem assumido como polo de formação do Sistema de Formação do Exército, como acabou por nunca se constituir como uma unidade militar com capacidade para integrar meios e processos dos diferentes Ramos das Forças Armadas, algo que o PSD agora propõe que seja devidamente integrado”, lê-se ainda

O PSD acrescenta que “facilmente se conclui que o RAME não é a UME”. “A UME proposta pelo PSD é uma unidade conjunta das Forças Armadas sob controlo operacional do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) com capacidade e organização não comparável com o RAME”.

O comunicado do partido acentua que o PSD “pretende é que seja verdadeiramente constituída uma Unidade Militar de Emergências com uma implementação inter-ramos, com competências na sua área de prevenção, combate, rescaldo e ainda de gestão dos meios aéreos de combate dos incêndios florestais”.

CDS pede comando único

Já o CDS esclarece que “não quer destruir nada do que já existe”, reconhecendo o RAME como uma unidade militar de proteção civil, esclarecendo que o objetivo das propostas do partido é a criação de “um comando militar único” para as forças dos vários ramos militares que atuam no combate aos incêndios.

“É necessário criar uma unidade de comando que envolva todos os ramos das forças armadas” que estão no combate aos incêndios, embora “deva ser analisado como seria envolvida a Força Aérea”, devido ao facto de poder ficar com a gestão dos meios aéreos, disse ao PÚBLICO João Almeida.

Além desse comando, o dirigente do CDS/PP diz ainda ser importante que as forças militares que apoiam no combate aos incêndios “estejam devidamente equipadas e tenham a formação necessária” para o efeito.

A UME espanhola é considerada uma ferramenta fundamental no apoio e resposta a todo o tipo de emergências. Tem o quartel-general em Madrid, com vários batalhões, nomeadamente um de telecomunicações e um de intervenção em emergências, e mais quatro aquartelamentos e batalhões de resposta espalhados pelo território espanhol. São mais de 3500 operacionais, centenas de meios terrestres e marítimos, e vários meios

aéreos com valências diversas. Só para começar a ser montada, em 2005, a UME teve uma dotação do Estado espanhol de 750 milhões de euros. Esta unidade só ficou totalmente operacional em 2011.

O RAME, anunciada em 2014, só começou a operar em Novembro do ano passado, com quartel em Abrantes. Na página oficial do Exército, bem como na diretiva para a sua criação, os objetivos estão claramente definidos. É um regimento que “garante ao país uma capacidade permanente, multifuncional e abrangente, que pode crescer rapidamente com recurso às restantes capacidades do Exército e fazer face a emergências decorrentes de acidentes graves ou catástrofes”. Tem valências em diversas áreas, nomeadamente na busca e salvamento, apoio a combate a incêndios, reabastecimento e serviços, engenharia militar e apoio sanitário e psicopessoal.

A 20 de Abril deste ano, cerca de cinco meses depois de estar operacional, o RAME foi visitado pelo atual ministro da Defesa, Azeredo Lopes, que o caracterizou como sendo de “excelência”, assim como destacou a capacidade demonstrada pelo Exército “de estar preparado para enfrentar situações de emergência”. “O Exército está hoje mais bem preparado do que estava o ano passado, no âmbito da formação, do treino e na aquisição de equipamentos” de apoio ao combate a incêndios, afirmou ainda o ministro.

O RAME tem atualmente 209 militares, disse neste sábado ao PÚBLICO o responsável do Gabinete de Relações Públicas do Exército. Ainda de acordo com este ramo militar, o RAME, “à semelhança de outras unidades regimentais do Exército, promove continuamente uma relação de proximidade com a sociedade civil, prestando para o efeito um variadíssimo número de apoios”.

“O Exército dispõe de diversificadas valências, consubstanciadas no conhecimento e experiência dos seus militares, assim como nos recursos materiais orgânicos das suas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos, factos que, associados à sua organização e dispersão territorial (uma clara mais-valia), lhe confere especiais condições para poder prestar um relevante apoio (militar) em situações de emergência, decorrentes de acidentes graves ou catástrofes”, diz ainda responsável pela comunicação do ramo, o tenente-coronel Vicente Pereira, numa nota com respostas a perguntas do PÚBLICO.

Este apoio, acrescenta, “será tanto mais eficiente e eficaz quanto maior for a capacidade do Sistema Integrado de Apoio Militar de Emergência do Exército de integrar, sinergicamente e sincronizadamente, as valências existentes, considerando-se adequada a utilização da metodologia da modularidade para gerar cada Módulo de Intervenção a ser atribuído em controlo operacional à Unidade de Apoio Militar de Emergência (UAME), a

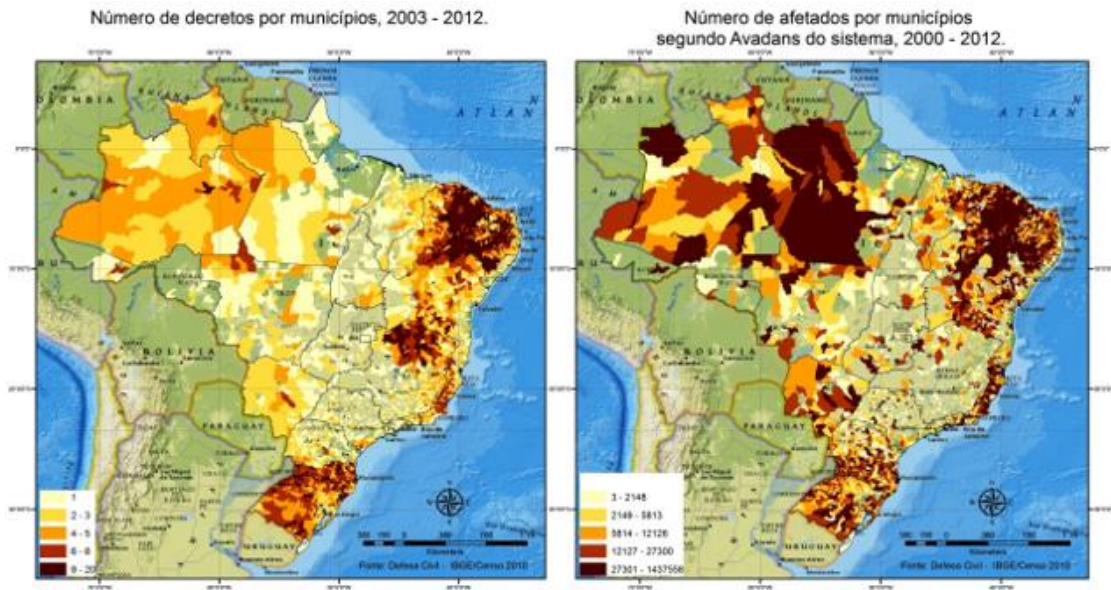
qual é aprontada pelo Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME)". (<https://www.publico.pt/2017>)

Para criação de uma unidade de apoio às emergências se faz necessário identificar os maiores focos de desastres ocorridos no Brasil nos últimos anos, com o intuito de ficar próximo a essas áreas.

De acordo com o site (<http://www.sistemaambiente.net>) as grandes catástrofes evidenciam a dimensão dos impactos decorrentes de variações climáticas nos sistemas terrestres naturais e seus danos despertam a sociedade os possíveis cenários enfrentados pela humanidade ainda nesse século. A alteração do regime de variabilidade climática e o aumento da frequência de eventos climáticos extremos têm atuado como alerta de que as mudanças climáticas globais podem estar em curso. Entre o período de 1991 e 2010 foram registrados 31.909 desastres naturais no Brasil com um saldo de total de mortos: 2.475 (CEPED/UFSC, 2012)., apenas no ano de 2011 os desastres na serra fluminense somaram mais de 900 óbitos.

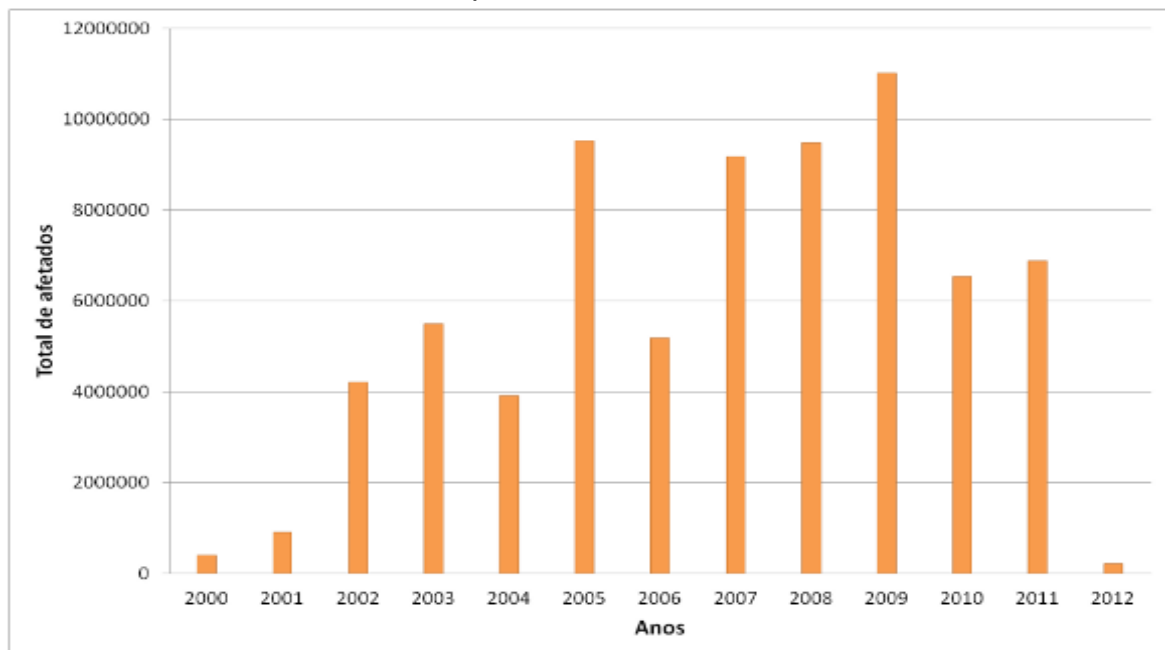
A Fundação Oswaldo Cruz – 2011 aponta que no Brasil, uma das fontes de dados sobre desastres naturais são os decretos de situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecidos pelo governo federal. O critério para que se decrete situação de emergência ou estado de calamidade pública baseiam-se na intensidade dos desastres assim como na comparação entre a necessidade e a disponibilidade de recursos, para o restabelecimento da situação de normalidade do município.

Quadro 03 e 04 – Números de decretos por municípios; número de afetados por municípios.



Fundação Oswaldo Cruz – 2011

Quadro 05 – Tabela de Afetados por desastres naturais.



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz – 2011

Nesse contexto uma posição estratégica para um Unidade de Emergências das forças armadas, levando em consideração os dados apresentados anteriormente, seria na região nordeste do Brasil, onde ocorre uma quantidade maior de afetados por desastre naturais. Unidade esta com meios e pessoal capacitado para atuar de forma rápida e precisa, afim de mitigar as consequências dos desastres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma nova Era está se aproximando onde o emprego das Forças Armadas se faz necessário nas Operações Interagências de Ajuda Humanitária, deve-se, de forma cautelosa, olhar para o sucesso da UME na Espanha e implementar algo semelhante das FA Brasileiras, uma Unidade vocacionada e capacitada para agir de forma rápida e eficaz de Norte a Sul do país, com militares representantes das três forças componentes das FA, com sedes em cidades estrategicamente localizadas, para aumentar a velocidade no atendimento ao socorro às vítimas. Certamente se adequando com a realidade política e financeira do nosso país.

Tanto o Exército como os Estados e Municípios têm que se adequar aos novos desafios apresentados no século XXI. O Exército adquirindo novos equipamentos e capacitando seu pessoal para operações de interagências nas ações subsidiárias de Ajuda Humanitária bem como os Estados e Municípios realizando o planejamento e o gerenciamento dos riscos de desastres naturais, especializando seu pessoal e providenciando equipamentos específicos para diversos tipos de desastres.

Nesse contexto se faz necessário uma concentração de meios e de pessoal capacitado para de forma rápida e eficaz mitigar os efeitos causados por desastres naturais, levando assistência rápida e efetiva para as vítimas, salvando vidas e auxiliando na restauração de serviços básicos na área atingida.

REFERÊNCIAS

ALCÁNTARA – AYALA, I. **Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention of natural disasters in developing countries**. Geomorphology 47, ,p. 107-124, 2002

CASTRO, A. L. C. **Manual de planejamento em defesa civil**. Vol.1. Brasília: Ministério da Integração Nacional/ Departamento de Defesa Civil, 1999, 133 p.

_____. Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. **Doutrina de operações conjuntas: 1º volume**. [S.l.:s.n.], 2011.

_____. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. **Nota de coordenação doutrinária nº 01/2014: Operações de Ajuda Humanitária**. [S.l.:s.n.], 2014.

_____. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. **Manual de campanha: Logística**, 3.ed. Brasília, DF: EGGF, 2014.

GUHA-SAPIR, Debby; VOS, Femke; BELOW, Regina, PONSERRE, Sylvain. **Annual Disaster Statistical Review 2010: The Numbers and Trends**. Brussels: CRED; 2011.

_____. Ministério da Defesa. Estado Maior do Exército. **Nota de coordenação doutrinária nº 02/2013: As funções de combate.** [S.l.:s.n.], 2013.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Manual de planejamento em defesa civil: Volume 1.** [S.l.:s.n.], 1999.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Manual de planejamento em defesa civil: Volume 3.** [S.l.:s.n.], 1999.

“PAIXÃO PELO TRABALHO, AMOR POR SUA FAMÍLIA”. Disponível em: <http://www.iturri.com/pt/clientes/ume>. Acesso em: 3 ago. 2019.

“REINO DA ESPANHA – TÉRMINO DO CURSO BÁSICO DE EMERGÊNCIAS”. Disponível em: http://www.eb.mil.br/amazonlog17/noticias/-/asset_publisher/BsJDxIc4XCbS/content/aditancia-de-defesa-e-do-exercito-no-reino-da-espanha-termino-do-curso-basico-de-emergencias/8032597>. Acesso em: 3 ago. 2019.

TOBIN, G. A.; MONTZ, B. E. **Natural hazards: explanation and integration.** New York: The Guilford Press, 1997. 388p

WASSENHOVE, L. N. V. Humanitarian aid logistics: supply chain management in high gear. Journal of the Operational Research Society, n. 57, p. 475 – 489, 2006.